

## **Nota da Associação Brasileira de Data Center (ABDC) sobre a tramitação do ReData**

03/02/2026

A Associação Brasileira de Data Center acompanha de forma positiva as recentes movimentações no Congresso Nacional em torno do Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center (ReData). Para a entidade, a sinalização de que o governo federal poderá encaminhar um novo projeto de lei com urgência constitucional tratando do ReData, em diálogo com as lideranças do Congresso Nacional, representa um avanço relevante e demonstra o reconhecimento da importância estratégica do setor de data centers para o desenvolvimento do país.

Paralelo a isso, há uma convergência entre as lideranças parlamentares para viabilizar a aprovação desse novo projeto antes do término da vigência da Medida Provisória para reforçar a prioridade atribuída ao tema e a maturidade deste debate no legislativo. A ABDC avalia ainda como especialmente relevante o fato de o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, ter destacado o ReData em seu discurso de abertura do ano legislativo, colocando o tema entre as prioridades da Casa. Ao afirmar que “a Câmara deve sempre estar na vanguarda do que acontece do lado de fora, no mundo” e ao defender o avanço da pauta de incentivos aos serviços de data center como uma janela relevante de investimentos para o país, o presidente da Câmara envia uma sinalização clara e positiva ao setor e aos investidores.

Segundo o presidente da ABDC, Renan Lima Alves, esse movimento institucional fortalece a segurança jurídica necessária para a tomada de decisão de investimentos de grande porte. “A construção de uma solução legislativa com amplo respaldo político, seja por meio de um novo projeto de lei em regime de urgência, seja pela tramitação da medida provisória em vigor, demonstra que o Congresso Nacional está alinhado com o futuro da economia digital e com a necessidade de criar um ambiente competitivo para o Brasil”, afirma.

Renan Lima Alves destaca ainda que o setor permanece confiante tanto na tramitação do novo projeto de lei quanto na aprovação do ReData dentro do prazo de vigência da Medida Provisória nº 1318/25, que se encerra no próximo dia 25 de fevereiro. “O mais importante é garantir a continuidade e a estabilidade do regime especial, assegurando previsibilidade aos investimentos. Nesse sentido, a ABDC seguirá atuando de forma construtiva e colaborativa, colocando, assim como já fez junto ao Poder Executivo, os principais especialistas do setor à disposição do Congresso Nacional para contribuir com os debates, esclarecer dúvidas técnicas e colaborar para a aprovação do ReData”, completa.

A ABDC reafirma sua confiança de que o Congresso Nacional conduzirá esse processo com responsabilidade e celeridade, compreendendo a relevância estratégica do ReData para a atração de investimentos, a geração de empregos qualificados, o fortalecimento da soberania digital e a inserção competitiva do Brasil na economia digital global.

**Renan Lima Alves**

presidente da Associação Brasileira de Data Center (ABDC)